

Brasil propõe aos banqueiros retomar pagamentos já em 91

Manoel Francisco Brito
Correspondente

NOVA IORQUE — Sorridente e irônico — “não tenho nada a dizer até depois de conversar com meus amigos, os banqueiros” — o embaixador Jório Dauster chegou ontem ao prédio do Citibank nesta cidade, pontualmente às três da tarde, para mais uma rodada de negociações com os credores privados do Brasil. No bolso do paletó, o diplomata carregava uma nova proposta para fazer aos seus interlocutores.

Não, ela não contém nenhuma mudança significativa, pelo menos até agora, em termos numéricos. Mas representa uma mudança de tática, cujo objetivo é reforçar a estratégia brasileira de reescalonar a dívida a longo prazo, levando em conta a capacidade do país de fazer pagamentos externos. O Brasil vai propor a retomada de desembolsos para o serviço da dívida a partir do ano que vem.

“A quantia é pequena”, promete um funcionário do governo familiarizado com as negociações. Quanto aos atrasados de US\$ 8,4 bilhões acumulados nos últimos dois anos — em torno dos quais vinha se centrando boa parte das discussões entre Dauster e os credores — o governo brasileiro quer no momento esquecê-los, ou melhor, embuti-los nas discussões gerais sobre o reescalonamento da dívida global do país.

“Isto está obviamente atado ao reconhecimento, por parte dos banquei-

ros, das limitações de pagamento que o país enfrenta”, repete o mesmo funcionário. Se a proposta vai *colar*, não se sabe. “Mas tem alguma chance de passar, dependendo é claro do quanto será oferecido”, diz uma fonte financeira baseada em Washington. Seu raciocínio baseia-se no fato de que, deste modo, Brasil e os banqueiros deixariam de lado, por enquanto, um problema que nas discussões tem sido tratado de modo muito emocional: os atrasados.

Ao mesmo tempo, a proposta ajudaria o país a reafirmar, agora desembolsando dinheiro, que sua intenção é a de realmente normalizar suas relações com a comunidade internacional. Para os banqueiros, que não têm mais qualquer esperança de receber dinheiro sobre os atrasados até o dia 31 — e portanto não poderão melhorar o que parece vai ser uma das piores *performances* anuais de sua história — a idéia brasileira pode pelo menos representar algum alento, principalmente no ano que vem, cujo horizonte se apresenta ainda mais sombrio para os grandes bancos privados. Premidos por empréstimos mal-feitos e operações financeiras desastrosas realizadas nos mercados do Primeiro Mundo, a possibilidade de uma entrada regular de dinheiro é um alívio.

Da situação de penúria da indústria bancária, não escapa nem mesmo o maior conglomerado financeiro americano, o Citicorp, *holding* do Citibank, por sua vez dono do maior pedaço dos US\$ 60 bilhões da dívida do Brasil com

os credores privados. O governo americano está realizando uma verdadeira devassa em suas contas e tudo indica que seus prejuízos por operações no mercado imobiliário são piores do que imaginava Wall Street. Funcionários do banco admitem que as perdas são altas.

Mas se recusam a aceitar a idéia, muito provável, de que os reguladores federais de Washington venham a impor ao Citicorp a necessidade de aumentar suas reservas contra transações malfadadas. Se isto acontecer, especula-se em Wall Street, o Citicorp será obrigado a reportar um alto prejuízo em seu relatório trimestral do final do ano. “Uma situação destas pode ser boa para o Brasil. Os banqueiros podem se sentir pressionados, em seu próprio quintal, a fazerem um acordo”, diz a mesma fonte financeira de Washington.

“Mas o país deve tomar cuidado, porque ele também tem telhado de vidro”, alerta a fonte. De fato, o Brasil está longe de ter recuperado sua economia, e a súbita alta da inflação e a falta de base política que acomete agora o governo Collor, não apenas põe em dúvida a possibilidade de sucesso de seu plano de reformas, como rouba-lhe a credibilidade para negociar no exterior.

Esta questão, garantem pessoas próximas da negociação com os banqueiros, tem pesado como uma assombração sobre as cabeças da equipe econômica da ministra Zélia Cardoso, encarregadas de mapear os caminhos que o Brasil vai seguir na área externa.